



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS**  
**GERAIS**  
**DIRETORIA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**



**PORTARIA ADMINISTRATIVA DEDC/CEFET-MG Nº 300, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025**

*Aprova a ação de extensão de natureza especial intitulada “Participação na Comissão Avaliadora do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio para ingresso no 1º semestre de 2026 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), como membro da banca Disciplina Português”, vinculada ao processo 23062.058068/2025-15.*

O DIRETOR DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e, considerando os critérios para análise de uma ação de extensão de natureza especial, quais sejam:

**CONSIDERANDO:**

- i) aderência à política institucional de extensão;
- ii) as relevâncias acadêmica e social da ação; e
- iii) a regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade do parceiro, elencados no parágrafo primeiro do art. 7 da Portaria GDG-8, de 7 de julho de 2023 e,
- iv) o que consta no Processo Administrativo NUP 23062.058068/2025-15,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na forma de ação de extensão de natureza especial, a prestação de serviço a ser executada pelo(a) servidor(a) Guilherme Lentz da Silveira Monteiro (SIAPE 3154342), o qual dedicará, a convite do(a) Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - Fundação CEFETMINAS - FCM, 4,5 (quatro e meia) horas para atuar em Comissão Externa Avaliadora de Concurso Público.

§1º - Na hipótese de participação remunerada, compete ao parceiro responsável pelo convite efetivar os pagamentos diretamente ao servidor, bem como garantir os recolhimentos tributários junto à Fazenda Pública, na forma da legislação vigente.

§2º - O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo servidor, em qualquer hipótese, não poderá exceder ao maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, XI, da CF/88.

§3º - Nos termos da Resolução CD-15/2020 e conforme entendimentos fixados pela Controladoria-Geral da União e a Procuradoria Federal da Advocacia-Geral da União junto ao CEFET-MG, fica vedado o pagamento de bolsas a atividades caracterizadas como prestações de serviços.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

**(Assinado digitalmente em 30/10/2025 16:25 )**

PATTERSON PATRICIO DE SOUZA

DIRETOR - TITULAR

DEDC (11.53)

Matrícula: 1669886

**Processo Associado: 23062.058068/2025-15**

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **300**, ano: **2025**, tipo: **PORTARIA ADMINISTRATIVA**, data de emissão: **29/10/2025** e o código de verificação: **e3f582741a**